

620 Reg. 319. A-2.

Ilmº. Senhor Oficial do Cartório do 2º. Ofício de Registro de
Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília - D.F.

Transladada. AV. nº 1. fls. 19 livro A/2.



A PREFEITURA DA SUPERQUADRA SUL 204,
pelo Prefeito infra-assinado, vem requerer à Vossa Senhoria se
digne proceder o Registro da Ata da Assembléia Geral Extraordi-
nária realizada no dia onze de agosto de mil novecentos e seten-
ta e oito, para aprovação do Projeto de Reforma dos Estatutos /
da referida Pessoa Jurídica.

N.Termos

P.Deferimento

Brasília-DF., 05 de setembro de 1.978

Darcy Tessari da Silva

DARCY TESSARI DA SILVA

Prefeito

3.º OFÍCIO DE NOTAS

TAB. DJÊTA MEDEIROS

Reconheço a(s) firma(s) ^{SUPRA} _{INFRÁ} _{RETRO}
assinalada(s) com meu sinal pú-
blico, por semelhança com a(s)
depositada(s) em meus arquivos
Brasília, 12 SET 1978
Em testemunho da verdade

Escreventes - Autorizados

Newton Alves Leite - Gersil A. Roriz
Edmundo R. Filho - Rosa Mleko Kikutli



P/emissão de Empenho no valor de Cr\$5.600,00, em favor da firma "OPTOTEC HORST HEINZ WILLI GEHRMAN-N".

DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 18.08.78

JOSEVAL BRITO CAR-NEIRO-Bel
Diretor Geral

Em, 23.08.78

PROCESSO N°: 397494/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de Empenho no valor de Cr\$611,00, em favor da firma S. PIRELLI & CIA LTDA - ROMA-RE-SUAURANTE

PROCESSO N°: 397483/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de Empenho no valor de Cr\$20.400,00, a favor da firma MUSITEL-MUSICA AMBIENTE LTDA.

DESPACHO: De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 21.08.78
JOSEVAL BRITO CAR-NEIRO-Bel
Diretor Geral

Em, 17.08.78

PROCESSO N°: 397545/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de Empenho no valor de Cr\$8.980,00, em favor da firma CASA PLANETA DE BRASILIA S/A.

DESPACHO: De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 17.08.78

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N° 680/78-DETRAN-DF, 10 DE AGOSTO DE 1978

ORIGEM DE APRENDIZAGEM E HABILITAÇÃO - CAHAB

ATOS DO GERENTE

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, item XI do Regulamento aprovado pelo Decreto n° 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo n° 397481/78,

RESOLVE:

1. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa 4421 DF, não licenciado para esse fim.

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

EXTRATO DOS ESTATUTOS PREFEITURA DA SQS 204

Art. 1° - Sob a denominação de "Prefeitura" é instituída uma Associação dos moradores da SQS 204, originária de movimento espontâneo entre os habitantes dessa comunidade, através de reunião para tal fim realizada.

Art. 3° - A Prefeitura é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro em Brasília - DF, e tem por objetivos:

- I) proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da Quadra, através da integração de seus moradores;
- II) proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades culturais e desportivas, dentro da Quadra ou fora dela;
- III) promover atividades assistenciais, diretamente, ou através de instituições filantrópicas, em especial nas áreas da educação, cultura e saúde;
- IV) realizar obras em áreas não comuns aos condomínios, desde que dentro da Quadra e julgadas de interesse de seus moradores;

Art. 4° - A Prefeitura é composta dos seguintes Órgãos, responsáveis pela sua Administração:

- I) Assembleia Geral
- II) Conselho Comunitário
- III) Conselho Fiscal

- IV) Prefeito
- V) Vice-Prefeito
- VI) Secretarias

Art. 18 - Compete ao Prefeito:

I) representar a Prefeitura, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Art. 7° - Compete privativamente à Assembleia Geral:

I) reformar o Estatuto Social.

Art. 49 - A extinção da Prefeitura se dará por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, desde que especialmente convocada para esse fim.

§ 1° - Em caso de extinção da Prefeitura, seu patrimônio será doado a entidades assistenciais, devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, nomeadas na Assembleia de dissolução.

§ 2° - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Prefeitura.

DARCY TESSARI DA SILVA

(DAR - 30.08.78 - Cr\$ 493,00)

EXTRATO DOS ESTATUTOS

PREFEITURA DA SQS 204



Art.1º - Sob a denominação de "Prefeitura" é instituída uma Associação dos moradores da SQS 204, originária de movimento espontâneo entre os habitantes dessa comunidade, através de reunião para tal fim realizada.

Art.3º - A Prefeitura é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro em Brasília - DF. e tem por objetivos :

- I) proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da Quadra, através da integração de seus moradores;
- II) proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades culturais e desportivas, dentro da Quadra ou fora dela;
- III) promover atividades assistenciais, diretamente, ou através de instituições filantrópicas, em especial nas áreas da educação, cultura e saúde ;
- IV) realizar obras em áreas não comuns aos condôminos, desde que dentro da Quadra e julgadas de interesse de seus moradores;

Art.4º - A Prefeitura é composta dos seguintes Órgãos, responsáveis pela sua Administração :

- I) Assembléia Geral
- II) Conselho Comunitário
- III) Conselho Fiscal
- IV) Prefeito
- V) Vice-Prefeito
- VI) Secretarias

Art.18 - Compete ao Prefeito :

- I) representar a Prefeitura, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Art.7º - Compete privativamente à Assembléia Geral :

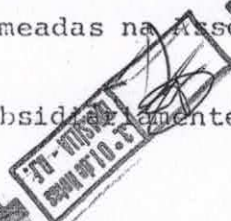
- I) reformar o Estatuto Social.

Art. 49- A extinção da Prefeitura se dará por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, desde que especialmente convocada/ para esse fim.

§ 1º - Em caso de extinção da Prefeitura, seu patrimônio será doado a entidades assistenciais, devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, nomeadas na Assembléia de dissolução.

§ 2º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Prefeitura.

Sony Venancio



Protocolado sob o n.º 120
Livro A n.º 1 e averbado à margem
do reg. n.º 319 no Livro A n.º 1
em 13/09/78. Dou fé.

OFÍCIO DE
REGISTRO CIVIL
Marcelo Caetano Ribas
BRASILIA - DF.

3.º OFICIO DE NOTAS
TAB. DJÊTA MEDEIROS

Reconheço a(s) firma(s) ^{SUPRA}_{INFERA}

assinalada(s) com meu sinal público, por semelhança com a(s) depositada(s) em meus arquivos

Brasil, **24 ABO 1978**
Em testemunho da verdade

Escritores - Autorizados

Newton Alves Leite - Gersil A. Roriz
Edmundo R. Filho - Rosa Mleko Kikuli



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA PREFEITURA DA
REALIZADA EM 11.08.78, NO SUBSOLO DO BLOCO "B" DA SQS 204,
VINTE HORAS.



Aos onze de agosto de 1978, no subsolo do Bloco "B" da SQS 204, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os associados da Prefeitura da SQS 204, para deliberarem sobre o PROJETO DE REFORMA DO ESTATUTO DA ENTIDADE. Foram eleitos por aclamação, os Srs. ANTONIO JOSÉ CONEGLIAN e NEWTON MASSENA, para presidir e secretariar a mesa, respectivamente. Verificado o "quorum" legal para a discussão e votação das modificações dos atuais Estatutos, foi lido o edital de convocação, dando o Presidente os trabalhos por abertos. Pedindo a palavra, o Sr. Prefeito comunicou que, após desincompatibilizada do cargo de Conselheira Efetiva do Conselho Comunitário, foi nomeada Secretária Executiva da Prefeitura, a Sra. Joaquina Garcia da Silva, ficando, dessa forma, vaga aberta para o cargo de membro daquele Colegiado. Pedindo a palavra, o sr. ANTONIO ARCHANJO HENRIQUES BRAGA salientou que todos os presentes deveriam estar de posse de uma cópia do Projeto a ser debatido, para melhor observação. O Presidente mostrou a dificuldade da distribuição, dizendo-lhe que o Projeto que ora se discutia já tinha sido objeto de estudos pela Secretaria de Assuntos Legais da Prefeitura, e do Conselho Comunitário, estudos estes terminados às últimas horas da noite do dia anterior. Dessa forma, O Presidente iniciou a leitura do projeto de reforma estatutária, assegurando aos presentes o direito à pronta intervenção, no caso de divergência / com as modificações propostas. Assim é que, acolhendo sugestão do Sr. Paulo Santa Maria Cavalcanti, a Assembléia alterou a redação do artigo 18, inciso VII, que excetuava dos recursos movíveis pelo Prefeito apenas o contido no inciso II do Art. 48, para restringir esses recursos somente àqueles obtidos na forma do inciso I do mesmo artigo. Por sugestão do Sr. Renato de Almeida Chermont, acrescentou-se ao parágrafo único do art. 37 dispositivo que permite a qualquer associado a indicação de sócio benemérito através do Sr. Prefeito. No artigo 45, foi aprovada proposta do Sr. Homero Kanitz no sentido de se aditar a vedação à reeleição consecutiva para o mesmo cargo. Também acolhida a sugestão do Sr. Chermont que excluía a expressão "unânime" da redação do art. 49, § 3º. Finalmente, no art. 50, por proposta do Sr. Kanitz, foi alterada a data do término do mandato do primeiro / Prefeito, para 30 de junho de 1980. Como não fossem apresentadas outras emendas, o projeto de reforma estatutária foi aprovado /

com a seguinte redação final :

ESTATUTO DA PREFEITURA DA SQS 204

Capítulo I

Da Denominação, sede, duração e objeto

Art.1º - Sob a denominação de "Prefeitura" é instituída uma associação dos moradores da SQS 204, originária de movimento espontâneo entre os habitantes dessa comunidade, através de reunião para tal fim realizada.

Art.2º - A Prefeitura reger-se-á pelo presente Estatuto e leis que lhe forem aplicáveis.

Art.3º - A Prefeitura é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro em Brasília (DF), e tem por objetivos :

- I) proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da Quadra, através da integração de seus moradores;
- II) proporcionar, aos associados e seus dependentes, atividades culturais e desportivas, dentro da Quadra / ou fora dela ;
- III) promover atividades assistenciais, diretamente, ou através de instituições filantrópicas, em especial nas áreas da educação , cultura e saúde;
- IV) realizar obras em áreas não comuns aos condôminos , desde que dentro da Quadra e julgadas de interesse de seus moradores;
- V) editar veículo de comunicação através de boletins ou jornais, com o mínimo de uma circulação mensal , a fim de manter os moradores informados sobre as / realizações da Prefeitura e sobre outros assuntos de interesse da comunidade.

Parágrafo Único - é vedada a publicação de matéria política no periódico referido na alínea V.

Art.4º - A Prefeitura é composta dos seguintes Órgãos, responsáveis pela sua Administração :

- I) Assembléia Geral
- II) Conselho Comunitário
- III) Conselho Fiscal
- IV) Prefeito
- V) Vice-Prefeito
- VI) Secretarias :



- a) Geral
- b) Assuntos Legais
- c) Assuntos Extraordinários
- d) Educação e Cultura
- e) Esportes e Lazer
- f) Finanças
- g) Obras
- h) Planejamento
- i) Relações Públicas
- j) Saúde e Bem-Estar Social
- l) Transportes e Turismo



§ 1º - O exercício de quaisquer das funções referidas neste artigo não será remunerado.

§ 2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembléia Geral.

§ 3º - Se necessário, poderão ser criadas, ou extintas, Secretarias, observado o disposto no artigo 12, inciso IX.

Capítulo II

Da Assembléia Geral

Art. 5º - A Assembléia Geral é o Órgão supremo e soberano da Prefeitura, sendo constituída pelos sócios Fundadores e Individuais.

§ 1º - Reúne-se ordinária ou extraordinariamente, por convocação do Conselho Comunitário, por si, ou mediante requerimento de um terço dos associados, deliberando pelo voto dos que estejam em pleno gozo dos seus direitos, por maioria simples, exceto na hipótese de que trata o artigo 49 § 3º.

§ 2º - A convocação da Assembléia Geral é feita através de edital, publicado na Imprensa local, com antecedência de oito dias.

§ 3º - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se e delibera :

- I - em primeira convocação, com a presença mínima da maioria absoluta dos associados;
- II - em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número.

§ 4º - A Assembléia Geral Extraordinária reúne-se e delibera :

- I - em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos associados;
- II - em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença mínima da maioria absoluta dos as

-sociados.

§ 5º - Preside a Assembléia Geral qualquer associado escolhido por aclamação dos presentes.

Art. 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, de dois em dois anos, na segunda quinzena de maio, para eleger o Conselho Comunitário, o Conselho Fiscal e o Prefeito; e extraordinariamente, sempre que as necessidades da Prefeitura exigirem.

Art. 7º - Compete privativamente à Assembléia Geral :

- I - reformar o Estatuto Social;
- II - eleger, ou destituir, a qualquer tempo, membro do Conselho Comunitário, do Conselho Fiscal, ou o Prefeito.

Capítulo III

- Do Conselho Comunitário

Art. 8º - O Conselho Comunitário é composto de 15(quinze) / membros, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, para um mandato de 2(dois) anos.

§ 1º - Serão eleitos, também, 15(quinze) suplentes para o Conselho Comunitário.

§ 2º - O Conselho Comunitário elegerá dentre seus membros, o Presidente e preencherá os demais cargos de sua administração de acordo com o seu regimento interno.

Art. 9º - O Conselho Comunitário reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de seu presidente, e, extraordinariamente, por convocação deste, ou de, pelo menos, 5(cinco) Conselheiros efetivos, e somente deliberará com o "quorum" mínimo de 2/3 (dois terços) de sua composição efetiva.

Art. 10º - As reuniões do Conselho Comunitário serão presididas pelo seu Presidente, ou, na ausência deste, por seu substituto regimental.

§ 1º - A ausência de qualquer Conselheiro Efetivo será suprimida por seu substituto estatutário.

§ 2º - Às reuniões do Conselho Comunitário comparecerão, quando convocados pelo Presidente ou seu substituto, o Prefeito, o Vice-Prefeito, membros do Conselho Fiscal, ou quaisquer/dos Secretários da Prefeitura.

Art. 11 - Ordinariamente, o Conselho Comunitário reunir-se-á uma vez por mês, para aprovar, ou não, o parecer do Conselho Fiscal relativo ao movimento financeiro constante das prestações de contas; extraordinariamente, sempre que as necessida -



des da Prefeitura o exigirem . . .

§ 1º - Os Conselheiros serão notificados das reuniões com antecedência mínima de 3 (Três) dias.

§ 2º - As decisões do Conselho Comunitário serão tomadas por maioria simples.

§ 3º - O presidente da reunião somente votará em caso de empate.

Art.12 - Compete ao Conselho Comunitário :

- I- cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outros Regulamentos aprovados;
- II- determinar, em votação secreta, o afastamento / provisório do Prefeito, nos casos de falta grave, devidamente comprovada, facultado a este o direito de defesa perante a Assembléia Geral Extraordinária, que será convocada nas 48 (quarenta e oito) horas, à data da decisão do afastamento ;
- III- conhecer de quaisquer reclamações dos associados, em grau de recurso;
- IV- decidir sobre programas de trabalho anuais e respectivos orçamentos, que lhe serão encaminhados pelo Prefeito ;
- V- decidir sobre propostas de sócios institucionais e beneméritos, apresentadas pelo Prefeito ;
- VI- fixar o valor da contribuição social;
- VII- aprovar, ou não, parecer do Conselho Fiscal relativo à administração financeira da Prefeitura
- VIII- autorizar a realização de despesas acima do limite estabelecido no art.18, inciso VII ;
- IX- autorizar a criação ou extinção de Secretarias, solicitada pelo Prefeito;
- X- convocar a Assembléia Geral;
- XI- interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos.

§ 1º - O afastamento provisório do Prefeito, determinado na forma do inciso II deste artigo, implicará, automaticamente, a suspensão das atividades do Vice-Prefeito, e dos Secretários.

§ 2º - Ocorrida a hipótese do parágrafo anterior, o Presidente do Conselho Comunitário desempenhará, interinamente, a função de Prefeito até a realização da Assembléia Geral Extraordinária, convocada na forma do inciso II deste artigo, que decidirá sobre a manutenção do Prefeito no cargo, ou sua destituição (art.7º, inciso II), deliberando, neste último caso, sobre a complementação do mandato.



Capítulo IV

Do Conselho Fiscal

Art. 13 - O Conselho Fiscal é composto de 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral, dentre os sócios em pleno gozo / de seus direitos, para um mandato de 2 (dois) anos.

§ 1º - Serão eleitos, também, 5 (cinco) suplentes para o Conselho Fiscal.

§ 2º - O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o Presidente.

Art. 14 - Ordinariamente, o Conselho Fiscal se reunirá uma vez por mês, para examinar as contas da Prefeitura e emitir o respectivo parecer que será assinado por todos os seus membros, e entregue ao Conselho Comunitário até o vigésimo dia seguinte ao do mês de competência.

Art. 15 - Extraordinariamente, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que convocado pelo Conselho Comunitário.

Art. 16 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Fiscalizar todo o movimento financeiro da Prefeitura quer seja de despesa, quer de receita;
- II - fiscalizar se as despesas e receitas estão ocorrendo com observância das normas constantes do presente Estatuto;
- III - verificar se os livros, contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica estão sendo utilizados com zelo, e se bem guardados;
- IV - fazer relatório circunstanciado de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-o ao presidente do Conselho Comunitário, com cópia para o Prefeito.

Capítulo V

Do Prefeito

Art. 17 - A função de Prefeito será exercida exclusivamente por sócio que resida na Quadra.

Parágrafo Único - O Prefeito será eleito pela Assembleia Geral, para um mandato de 2 (dois) anos.

Art. 18 - Compete ao Prefeito:

- I - representar a Prefeitura, ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- II - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outros Regulamentos aprovados;
- III - proteger os bens da Prefeitura contra interfe-



-rências estranhas ou quaisquer outros meios nocivos ao patrimônio da Associação;

- IV - nomear o Vice-Prefeito, dentro de 10(dez) dias após a eleição ;
- V - nomear ou exonerar Secretários;
- VI - encaminhar, até 30 de novembro para aprovação do Conselho Comunitário, os planos de trabalho e orçamentos anuais respectivos ;
- VII - autorizar a realização de despesas de administração, aquisição de bens e atividades assistenciais, até o limite de 90% (noventa por cento) da receita auferida no mês anterior , na forma do inciso I do Art.48, admitidos / gastos de representação de até 10% desse limite por mês e não cumulativos.
- VIII - alienar, mediante prévia anuência do Conselho Comunitário, bens obsoletos ou sem utilidade para os trabalhos da Prefeitura;
- IX - realizar, em caráter excepcional e mediante aprovação do Conselho Comunitário, a contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias ;
- X - examinar e assinar com o Secretário de Finanças, ou, na ausência deste, com o Secretário Geral, balancetes mensais e balanços ;
- XI - encaminhar ao Conselho Comunitário relatórios anuais das atividades desenvolvidas pela Prefeitura;
- XII - aprovar propostas de inscrição de sócios fundadores e individuais;
- XIII - propor ao Conselho Comunitário a admissão de sócios institucionais e beneméritos;
- XIV - aprovar o quadro de pessoal administrativo / da Prefeitura;
- XV - decidir sobre assuntos das Secretarias;
- XVI - exonerar, a pedido , ou por motivos relevantes, ouvido previamente o Conselho Comunitário, sócios do quadro social ;
- XVII - propor ao Conselho Comunitário o valor mensal das contribuições, para vigorar por um período mínimo de 12(doze) meses;
- XVIII - movimentar contas bancárias e emitir cheques conjuntamente com o Secretário de Finanças , ou, na ausência deste, com o Secretário Geral



§ 1º - Em caso de morte ou renúncia do Prefeito, assumirá as funções o Vice-Prefeito, que completará o mandato.

§ 2º - Em caso de morte ou renúncia do Prefeito, com a concomitante morte ou renúncia do Vice-Prefeito, assumirá as funções de Prefeito, O Presidente do Conselho Comunitário que, no prazo de até 15 (quinze) dias, convocará novas eleições, para complementação do mandato.

§ 3º - Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas / nos parágrafos 1º e 2º, será convocado o Conselho Fiscal para examinar a situação financeira da Prefeitura, e em seguida, dar seu parecer ao Conselho Comunitário.

Capítulo VI

Do Vice-Prefeito

Art. 19 - A função de Vice-Prefeito será exercida por sócio/residente na Quadra e escolhido pelo Prefeito

Art. 20 - Compete ao Vice-Prefeito :

- I - assumir, sob comunicação tempestiva ao Conselho Comunitário, as funções de Prefeito, nas ausências eventuais do titular, e nas demais situações previstas neste Estatuto;
- II - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outros Regulamentos aprovados;
- III - proteger e fazer proteger os bens da Prefeitura;
- IV - colaborar com o Prefeito nas tarefas de administração.

Capítulo VII

Das Secretarias

Art. 21 - As funções de Secretário serão privativas de sócios, ou de dependentes maiores constantes da ficha proposta de inscrição para associados.

Parágrafo Único - Cada Secretaria será regida por um Regulamento, aprovado pelo Prefeito.

Art. 22 - Compete ao Secretário Geral a coordenação e execução dos serviços inerentes à Secretaria Geral, e substituir o Secretário de Finanças, nos seus impedimentos.

Art. 23 - Compete ao Secretário para Assuntos Legais cuidar das questões de ordem jurídica de interesse da Prefeitura.



Art. 24 - Compete ao Secretário de Saúde e Bem-Estar Social promover a interação da comunidade, através dos recursos para tal fim necessários e o melhoramento das condições sanitárias da Quadra e de seus moradores, inclusive programando planos de vacinação e outras medidas de caráter preventivo.

Art. 25 - Ao Secretário de Relações Públicas compete a divulgação de todo tipo de informação de interesse da comunidade, a edição de boletins ou jornais e contatos com organizações públicas e privadas, divulgando e promovendo as atividades da Prefeitura.

Art. 26 - O Secretário de Educação e Cultura cuidará da difusão da Cultura sob os mais variados aspectos e da promoção / de treinamento específicos, profissionalizantes ou não.

Art. 27 - O Secretário de Esportes e Lazer promoverá atividades esportivas e recreativas, dentro e fora da quadra.

Art. 28 - É da competência do Secretário de Finanças :

- I - examinar e assinar os balancetes e balanços;
- II - cuidar da guarda e conservação dos documentos contábeis;
- III - movimentar contas bancárias e emitir cheques conjuntamente com o Prefeito;
- IV - elaborar orçamento para os diversos planos / de trabalho da Prefeitura.

Art. 29 - O Secretário de Obras providenciará e supervisionará as obras complementares de interesse da comunidade e cuidará da melhoria e manutenção paisagística da Quadra.

Art. 30 - Cabe ao Secretário do Planejamento a consolidação e coordenação dos planos de trabalho das diversas Secretarias.

Art. 31 - O Secretário de Transportes e Turismo cuidará de viabilizar transporte coletivo para atendimento dos associados, e organizará e facilitará excursões, para dentro e fora do País.

Art. 32 - Cada Secretaria poderá criar tantos Departamentos quantos forem necessários ao melhor desempenho de suas tarefas.

Capítulo VIII

Dos Sócios

Art. 33 - A Prefeitura é integrada pelas seguintes categorias de sócios:

- I - fundadores
- II - individuais
- III - institucionais
- IV - beneméritos

Art. 34 - São sócios fundadores aqueles que lançaram suas assinaturas no Livro de Presença, por ocasião da Assembleia Geral de Constituição da Prefeitura, ou que tenham sua inscrição aprovada até o dia 31 de julho de 1978.

Art. 35 - Serão sócios individuais todos aqueles que atendam aos seguintes requisitos :

- I - manifestem seu desejo de associar-se à Prefeitura, preenchendo a correspondente proposta de inscrição;
- II - sejam moradores da Quadra, ou nela hajam residido, ou nela possuam imóveis;
- III - tenham seu pedido de inscrição aprovado;
- IV - paguem a contribuição prevista no art. 41, a linha IV, a partir do mês da inscrição .

Art. 36 - Na categoria de Sócios Institucionais serão admitidas instituições de Direito Público ou Privado, desde que :

- I - tenham seu pedido de inscrição aprovado pelo Conselho Comunitário;
- II - atendam ao disposto no artigo 41.

Art. 37 - Na categoria de Sócios Beneméritos serão admitidos aqueles que, por relevantes serviços prestados à Prefeitura, sejam merecedores dessa distinção.

Parágrafo único - O título de Sócio Benemérito será concedido pelo Conselho Comunitário, por proposta do Prefeito, ou / por indicação de qualquer associado, através do Prefeito, que a encaminhará , com seu parecer, ao Conselho Comunitário.

Capítulo IX

Dos Direitos e Obrigações dos Sócios

Art. 38 - Os sócios Fundadores e Individuais têm os seguintes direitos:

- I - votar e ser votado nas eleições para Prefeito, observada a exigência do art.17, ou para membro do Conselho Comunitário ou do Conselho Fiscal ;
- II - usufruir de todos os serviços oferecidos pela Prefeitura;
- III - ser nomeado para as funções de Vice-Prefeito observada a exigência do art.19, ou para / quaisquer das Secretarias ;
- IV - recorrer de qualquer decisão do Prefeito ao Conselho Comunitário;
- V - participar de qualquer promoção levada a e -



-feito pela Prefeitura;

- VI - publicar estudos, trabalhos e outros assuntos de interesse comunitário no veículo de comunicação referido no art. 39, alínea V, desde / que a matéria não seja incompatível com os objetivos da Prefeitura;
- VII - receber jornais e outras publicações da Prefeitura ;
- VIII - oferecer sugestões às diversas Secretarias da Prefeitura ;
- IX - requerer a convocação da Assembléia Geral, em caráter extraordinário ;
- X - fazer-se representar nas Assembléias Gerais a través de procurador.

Art. 39 - O sócio Institucional terá os direitos previstos no art.38, exceto os referidos nas alíneas I,III, IX e X.

Art. 40 - O sócio Benemérito terá todos os direitos previstos no art.38, exceto os referidos nas alíneas I,III, IX e X , salvo se com essa condição concorrer a de sócio fundador ou individual .

Art. 41 - Os sócios Fundadores e Individuais têm as seguintes obrigações :

- I - cumprir os Estatutos, os Regulamentos e as disposições da Prefeitura;
- II - exercer os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados, salvo nos casos de impedimentos justificados ;
- III - colaborar com as iniciativas da Prefeitura ;
- IV - pagar a contribuição mensal fixada pelo Conselho Comunitário, até o último dia útil do mês de competência.

Art. 42 - O sócio Institucional tem todas as obrigações referidas no art. 41, exceto as do inciso II, sujeitando-se, ainda, ao pagamento de cota extraordinária, eventualmente arbitrada pelo Conselho Comunitário.

Art. 43 - O Sócio Benemérito, alcançado pela parte final / do art. 40, terá todas as obrigações referidas no art.41,exceto a de seu inciso IV.

Art. 44 - O Sócio que, de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto ou de normas e Regulamentos da Prefeitura fica sujeito às seguintes sanções, a critério do Conselho Comunitário, ouvido previamente o Prefeito :

- I - Adevertência - sempre por escrito e em caráter reservado;

- II - Suspensão - de 1(hum) a 12(doze) meses :
- a) os reincidentes em infração punida com Advertência;
 - b) os que promovam a discórdia entre os sócios;
 - c) os que estejam em atraso, há 3(três) meses, ou mais, com o pagamento da contribuição pecuniária.

III - Exclusão :

- a) os reincidentes em infração já punida / com Suspensão;
- b) os que, por qualquer motivo, venham a tornar-se indesejáveis ao quadro social

§ 1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas / pelo Conselho Comunitário, delas cabendo recurso à Assembléia - Geral.

§ 2º - A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo.

§ 3º - A pena de suspensão não isenta o sócio de suas obrigações.

Capítulo X

Das Eleições

Art. 45 - A eleição para Prefeito , Conselho Fiscal e Conselho Comunitário dar-se-á por votação direta e secreta, vedada a reeleição consecutiva para o mesmo cargo.

Art. 46 - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver / maioria simples dos sócios presentes às eleições.

Art. 47 - A Assembléia Geral Ordinária será convocada com antecedência de (três) dias e dar-se-á na 2a.quinzena de maio de 2(dois) em 2(dois) anos, para eleger o Prefeito, o Conselho-Fiscal e o Conselho Comunitário.

Capítulo XI

Do Patrimônio

Art. 48 - Os recursos da Prefeitura são constituídos de :

- I - contribuições pagas pelos sócios;
- II - doações e subvenções públicas ou privadas ;
- III - produto resultante de venda de material produtivo;
- IV - outras receitas.

Art. 49 - O patrimônio da Prefeitura é constituído de va-

lores e bens de qualquer natureza, recebidos ou por ela adquiridos.

§ 1º - Em caso de extinção da Prefeitura, seu patrimônio será doado a entidades assistenciais, devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, nomeadas na Assembléia de dissolução.

§ 2º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Prefeitura.

§ 3º - A extinção da Prefeitura se dará por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, desde que especialmente convocada para esse fim.

Capítulo XII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 50 - O mandato do primeiro Prefeito expirará no dia 30 de junho de 1980.

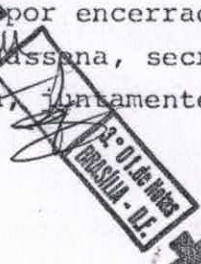
Art. 51 - A primeira contribuição de que trata a alínea IV do art. 41, será exigida a partir do mês de junho de 1978.

Art. 52 - Os casos omissos serão decididos pelo Prefeito, "ad referendum" do Conselho Comunitário;

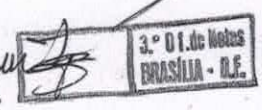
Art. 53 - O presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária de 11 de agosto de 1978 e entrará em vigor na data de seu registro.

Nada mais havendo a tratar, foi franqueada a palavra aos presentes, e não mais havendo quem dela quisesse fazer uso, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente Assembléia. Eu, Newton Massana, secretário da Assembléia, lavrei e assino a presente ata, juntamente com o Sr. Presidente.

Brasília (DF), 11 de agosto de 1.978.



Handwritten signature: Larry Versari da Silva



Handwritten signature: [illegible]

3º OFÍCIO DE NOTAS

TAB. DIETA MEDEIROS

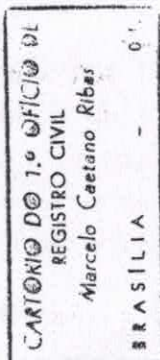
RECONHEÇO A FIRMA

*Handwritten: Darcy Tessari da Silva, José Henrique no-
gueira, de Carvalho*

Brasília, 11 de agosto, 1978
Em testemunho da verdade

Escritores Autorizados

Newton Alves Leite - Gersil A. Roriz
Edmundo R. Filho - Rosa Mleko Kikuthi



1º Registro de Títulos e Documentos
E PESSOAS JURÍDICAS

Protocolado sob o n.º 620 no
Livro A n.º e averbado à margem
do reg. n.º 319 no Livro A/2
em 13/09/78. Dou fé.

Handwritten signature



Cartório
Marcelo Ribas


1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, CASAMENTOS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
SCS Qd. 08 Bl. B-60 Sala 140-E Venâncio Shopping - Asa Sul - Brasília-DF CEP: 70.333-900
Site: www.cartoriomarceloribas.com.br Email: cartoriomarceloribas-df@terra.com.br Tel: (61) 3224-4026

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico e dou fé que os presentes documentos são uma reprodução do original, registrados e arquivados nesta Serventia. Integram um total de 16 folhas devidamente numeradas e rubricadas. Encerrando por meio desta.

Eu _____

ESCREVENTE AUTORIZADO, certifico e dou fé.
Brasília, 01/08/2019.
Selo: TJDF120190210049961DISY
Para consultar www.tjdf.jus.br



LEONARDO PINTO RODRIGUES
Escriv. Subst.

RECEBIMOS

RECEBIMOS
OBRIGADO

3º OFÍCIO DE NOTAS

RECEBIMOS A NOTULA
OBRIGADO